

A PRISÃO FEMININA: GESTAÇÃO E MATERNIDADE NO CÁRCERE

Maria Eugênia Korndörfer Copetti¹, Érica Dias², Marina Davoglio Tolotti³, Daniela Canazaro de Mello⁴, Gabriel José Chittó Gauer⁵ (Orientador)

^{1;2;3} Faculdade de Psicologia, Auxiliares de pesquisa/PUCRS, ⁴ Doutoranda em Ciências Criminais/PUCRS,

⁵ Programa de Pós Graduação em Psicologia e em Ciências Criminais/PUCRS, bolsa produtividade CNPq
CNPq 300659/2010-5

Resumo

Introdução

Uma das peculiaridades da mulher presa que difere do homem preso é o fato de que geralmente os filhos ficam sob a responsabilidade das mães. Ainda a mulher no âmbito cultural, geralmente é provedora dos cuidados básicos de seus filhos, e assim diante do encarceramento a relação mãe-filho poderá ser abalada, causando possíveis problemas de ordem emocional para ambos. Também, muitas mulheres grávidas ingressam na prisão, o que merece uma maior atenção, pois estas crianças podem permanecer juntamente com a mãe dentro do Estabelecimento Penal. Naturalmente, a gravidez provoca grandes mudanças na vida da mulher, desde transformações físicas, emocionais, hormonais, fisiológicas, e dessa forma, vivenciar este momento da gestação dentro do ambiente prisional necessita de uma maior investigação para verificar quais mudanças poderão ser acarretadas.

Uma das questões problemáticas e polêmicas é a permanência da criança na prisão, talvez em decorrência do ambiente prisional e das relações estabelecidas em seu interior não serem as mais adequadas para o acolhimento da relação mãe-bebê e para o saudável desenvolvimento infantil (STELLA, 2006).

No Brasil, no início de 2008, 1,24% das mulheres presas encontravam-se grávidas, 1,04% das presas possuíam filhos em sua companhia e 0,91% de mulheres estavam em período de amamentação. Sendo que apenas 27,45% das prisões exclusivas para mulheres possuem estruturas específicas para custódia das mulheres

grávidas. Também, com relação a estrutura de atendimento à criança, há opiniões diversas quanto a permanência de crianças no ambiente prisional. Em um sentido, tem-se a necessidade primordial do amparo materno para com seus filhos, e no outro sentido, tem-se a permanência de crianças em ambientes inadequados e muitas vezes insalubres e desprovidos, na maioria, de estruturas mínimas para acomodação dessas crianças (BRASIL, 2007)

Objetivos:

Caracterizar a população de mulheres encarceradas gestantes da Penitenciária Feminina Madre Pelletir, descrever suas percepções sobre os efeitos do aprisionamento na sua vida e em especial no período gestacional, as repercussões, os significados e vivências na prisão, bem como suas expectativas.

Metodologia

Trata-se de estudo de caso, empírico indutivo, descritivo, de abordagem quantitativa e qualitativa. Serão incluídas todas as gestantes presas na penitenciária feminina do Estado do Rio grande do Sul no período de seis meses. A coleta de dados será realizada nas dependências da Casa Prisional A pesquisa constituirá em duas etapas, sendo a primeira de abordagem quantitativa através da aplicação de um questionário fechado e a segunda parte da pesquisa consiste em uma entrevista semi-dirigida com algumas das gestantes que ingressaram na Unidade materno Infantil (galeria que abriga mães acompanhada de seus filhos e gestantes a partir do oitavo mês de gravidez). Serão abordadas questões relacionadas com as suas percepções, significados, crenças, expectativas, as repercussões na vida da mulher decorrente da vivência da gestação e maternidade dentro da prisão.

Os cálculos estatísticos realizar-se-ão através do “Statistical Package for the Social Sciences”- versão 17.5 para Windows. Esta primeira etapa consiste no diagnóstico do grupo. Os dados qualitativos serão analisados através da análise categorial de acordo com Bardin (2002) o qual consiste em operações de desmembramento do texto em unidades, com o intuito de descobrir os diferentes

núcleos de sentido que constituem a comunicação e posteriormente realizar o seu agrupamento classes ou categorias.

Com relação aos aspectos éticos, o projeto já foi aprovado pela Comissão Científica da Faculdade de Direito (nº 005/2009) e pelo Comitê de Ética da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (nº1585/09).

Referências

ARMELIN, B. D. F.; MELLO, C.D.; GAUER, G.J.C. Filhos do Cárcere: Estudos Sobre as Mães que Vivem com seus Filhos em Regime Fechado. **Revista da graduação-PUCRS**. Vol. 3, Nº 2 (2010).

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Relatório Final. Reorganização e Reformulação do Sistema Prisional Feminino**, 2007.

MELLO, C. D. **Aprisionamento de Inocentes: O Encarceramento dos Filhos de Mães Presas**. Porto Alegre: PUCRS, 2010. (Trabalho de Conclusão de Curso), Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2010.

STELLA, C. **Filhos de mulheres presas: soluções e impasses para seus desenvolvimentos**. São Paulo: LCTE Editora. 2006.